

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECLAMAÇÃO Nº 38.849 - SP (2019/0269258-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECLAMANTE** : JOSE JULIO DA SILVA  
**ADVOGADO** : JOSÉ BRUN JUNIOR - SP128366  
**RECLAMADO** : TECEIRA TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL  
FEDERAL DE SÃO PAULO  
**INTERES.** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

## **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO. AJUIZAMENTO CONTRA ACÓRDÃO DE TURMA RECURSAL DE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. INADEQUAÇÃO. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.**

## **DECISÃO**

Trata-se de Reclamação, ajuizada por José Júlio da Silva, com fundamento no art. 988, II, do CPC/2015, contra decisão prolatada pela Terceira Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de São Paulo que deu parcial provimento ao recurso interposto pelo INSS, para não reconhecer o tempo laborado na condição de rural no período de 1º/1/1986 a 16/7/1991, e, portanto, julgar improcedente o pedido de aposentadoria por tempo de contribuição formulado pelo autor, ora reclamante, sob o fundamento de ausência de comprovação do exercício de atividade rurícola, em regime de economia familiar (197-198).

Apresentado Pedido de Uniformização de Jurisprudência, a Turma Nacional de Uniformização não conheceu do incidente, ao fundamento de que a pretensão demanda reexame de provas, o que esbarra na Súmula 42/TNU (fl. 295).

Afirma o requerente, em síntese, que "há maltrato às Súmulas 149 e 577 dessa Corte, a ensejar, sem delongas, o pedido de reclamação, a fim de preservar a autoridade da decisão dessa Corte ante a incidência dos artigos 926 e 927, IV, do CPC" (fl. 4).

Sustenta, em síntese, que já está consolidado entendimento de que deve ser "admitida a extensão da prova documental para além do ano de sua expedição" bem como cita precedente desta Corte [Rcl 33.862] que julgou procedente a reclamação para aplicar a tese firmada no recurso especial repetitivo n. 1.499.050/RJ, consignando que "[...] a não aplicação de teses definidas em recurso repetitivo ou em súmulas do STJ configura “resistência estéril” prejudicial ao sistema de Justiça." (fl. 7).

Por fim requer, "o processamento da reclamação [...] julgando-a, finalmente, a decisão impugnada (acórdão) ou determine a aplicação das Súmulas 149 e 577 do STJ, impondo-se, ademais, ao INSS, o ônus sucumbencial." (fl. 8).

À fl. 422 consta decisão da Presidência desta Corte Superior deferindo a Assistência Judiciária Gratuita.

É o relatório. Passo a decidir.

Nos termos do art. 105, I, f, da Constituição Federal e 187 do RISTJ, "a reclamação, em razão de sua natureza incidental e excepcional, destina-se a preservação da competência e garantia da autoridade dos julgados somente quando objetivamente violados, não podendo servir como sucedâneo recursal para discutir o teor da decisão hostilizada" (AgRg na Rcl 6.199/SP, Rel. Min. Nancy Andrigli, Segunda Seção, DJe de

# *Superior Tribunal de Justiça*

19/12/2011).

O Código de Processo Civil, em seu art. 988, estipula as hipóteses de cabimento de reclamação, quais sejam:

- I – preservar a competência do tribunal;
- II – garantir a autoridade das decisões do tribunal;
- III – garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; e
- IV – garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.

Assim, verifica-se de pronto que o caso dos autos, em que o reclamante ingressou com a presente reclamação contra acórdão prolatado pela Terceira Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de São Paulo, não se enquadra em nenhuma das hipóteses de cabimento da reclamação dirigida a esta Corte Superior.

Nesse contexto, é assente na jurisprudência desta Corte o entendimento segundo o qual, "no âmbito dos Juizados Especiais Federais, não é cabível reclamação contra acórdão de turma recursal, pois há previsão expressa de recurso a ser examinado pela TNU, a teor do art. 14 da Lei n. 10.259/2001." (AgInt na Rcl 34.403/DF, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Seção, DJe 3/10/2018).

No mesmo sentido:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. UTILIZAÇÃO CONTRA DECISÃO DE TURMA RECURSAL OU NO INTUITO DE SOBRESTAR O FEITO ATÉ O JULGAMENTO DE RECURSO REPETITIVO. NÃO CABIMENTO.

1. É entendimento firmado neste Superior Tribunal de que não cabe reclamação contra decisão de turma recursal de juizado especial federal. Precedente.

2. Também não cabe o uso da reclamação para sobrestamento de processo até o julgamento de recurso especial repetitivo. Precedente.

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt na Rcl 35.480/SP, Rel. Min. Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 1º/8/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO À RECLAMAÇÃO. AÇÃO FUNDAMENTADA NA INCONSTITUCIONALIDADE DO REGIMENTO INTERNO DO TRF DA 4ª REGIÃO. ALEGAÇÃO DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STJ NÃO CARACTERIZADA. AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O cabimento da reclamação calcada na garantia da autoridade das decisões do Tribunal (art. 988, II, CPC/2015) surge por ocasião de eventual descumprimento de ordens emanadas desta Corte aplicáveis especificamente para o caso concreto, não sendo esta a hipótese retratada nos autos.

2. Na presente demanda, o reclamante afirma que o Juízo da Turma Recursal está usurpando a competência do Superior Tribunal de Justiça para análise da admissibilidade do Recurso Especial. Essa situação, contudo, não se enquadra em nenhuma das hipóteses antes elencadas para o cabimento da Reclamação.

3. Ademais, como reiteradamente tem advertido a jurisprudência desta Corte Superior, não cabe Recurso Especial contra decisão proferida por

# *Superior Tribunal de Justiça*

órgão de segundo grau dos Juizados Especiais, nos termos do enunciado da Súmula 203 do STJ.

4. Agravo interno do Particular a que se nega provimento. (AgInt na Rcl 30.632/PR, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Seção, DJe 21/11/2018)

## PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO CONTRA DECISÃO DE TURMA DE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não cabe a Reclamação prevista na Resolução STJ 12/2009 contra decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais, pois previstas hipóteses recursais específicas do art. 14 da Lei 10.259/2001. Nesse sentido: AgRg na Rcl 7.764/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, DJe 30.10.2012; AgRg na Rcl 5.510/DF, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Seção, DJe 17.6.2011; EDcl na Rcl 5.932/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 29.5.2012; EDcl no AgRg na Rcl 6.016/DF, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 29.11.2011.

2. Agravo Regimental não provido. (AgRg na Rcl 12.302/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 16/9/2013)

Assim, por ser manifestamente incabível, deve ser indeferida liminarmente a presente reclamação.

Ante o exposto, indefiro liminarmente à reclamação, com base no art. 34, XVIII, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator